

**ALGORITMO COMO FRONTEIRA: SOBERANIA DIGITAL E A NOVA
GEOPOLÍTICA DA INFORMAÇÃO**

**ALGORITHM AS A BORDER: DIGITAL SOVEREIGNTY AND THE NEW
GEOPOLITICS OF INFORMATION**

**ALGORITMO COMO FRONTERA: SOBERANÍA DIGITAL Y LA NUEVA
GEOPOLÍTICA DE LA INFORMACIÓN**

Alcian Pereira de Souza

Doutor em Ciências pela FEA/USP, Brasil
alcian@uea.edu.br

Danielle Costa de Souza Simas

Doutoranda em Direito Ambiental, UEA, Brasil
danielle.simas87@gmail.com

Jeibson dos Santos Justiniano

Doutor em Direito, UFMG, Brasil
jeibson.justiniano@gmail.com

Albfredo Melo de Souza Junior

Doutorando em Direito, UFMG, Brasil
albfredo@uea.edu.br

Neuton Alves de Lima

Doutor em Direito, UFMG, Brasil
nalima@uea.edu.br

Vania Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho

Doutora em Direito, UFMG, Brasil
vamrinho@uea.edu.br

Luis Fabian Pereira Barbosa

Doutor em Direito, UFMG, Brasil
lbarbosa@uea.edu.br

Katy Any Lopes da Silva

Doutoranda em Engenharia da Produção, UFSC, Brasil
klopes@uea.edu.br

Resumo

O artigo analisa o fenômeno do nacionalismo algorítmico como expressão contemporânea da geopolítica da informação e da colonialidade do poder mediada por sistemas de recomendação, plataformas digitais e governança algorítmica. Parte-se do reconhecimento de que algoritmos deixaram de operar como ferramentas técnicas neutras para se afirmarem como infraestruturas estratégicas capazes de organizar a circulação de conteúdos, modular a atenção coletiva e influenciar dinâmicas democráticas. O estudo articula aportes teóricos sobre viés político algorítmico, pesquisas em comunicação sobre engenharia psicossocial, microtargeting e desinformação, e a análise do caso TikTok EUA China como marco empírico da fragmentação algorítmica da internet. Sustenta-se que a exigência de versões nacionais de algoritmos revela a passagem para uma nova forma de soberania, na qual o controle dos modelos de IA torna-se tema de segurança nacional e estabilidade democrática. Argumenta-se, ainda, que esse processo aprofunda assimetrias globais, pois países do Sul Global permanecem como fornecedores massivos de dados e usuários de sistemas opacos, sem controle efetivo sobre sua governança. Conclui-se que o nacionalismo algorítmico reconfigura a disputa por poder informacional, deslocando o centro das relações internacionais para o domínio dos sistemas que organizam a esfera pública digital.

Palavras-chave: Nacionalismo algorítmico; Soberania algorítmica; Viés político algorítmico; Governança digital; Colonialidade informacional; TikTok; Democracia digital.

Abstract

This article analyzes the phenomenon of algorithmic nationalism as a contemporary expression of the geopolitics of information and the coloniality of power mediated by recommendation systems, digital platforms, and algorithmic governance. It argues that algorithms no longer function as neutral technical tools but have become strategic infrastructures capable of organizing the circulation of content, shaping collective attention, and influencing democratic dynamics. The study brings together theoretical contributions on algorithmic political bias, communication research on psychosocial engineering, microtargeting, and disinformation, and the analysis of the TikTok case between the United States and China as an empirical landmark of the algorithmic fragmentation of the internet. It argues that the requirement for national versions of algorithms signals the emergence of a new form of sovereignty, in which control over AI models becomes a matter of national security and democratic stability. The article also contends that this process deepens global asymmetries, as countries in the Global South remain large-scale data providers and users of opaque systems without effective control over their governance. It concludes that algorithmic nationalism reconfigures the struggle for informational power, shifting the center of international relations toward the control of systems that structure the digital public sphere.

Keywords: Algorithmic nationalism; Algorithmic sovereignty; Algorithmic political bias; Digital governance; Informational coloniality; TikTok; Digital democracy.

Resumen

El artículo analiza el fenómeno del nacionalismo algorítmico como una expresión contemporánea de la geopolítica de la información y de la colonialidad del poder mediada por sistemas de recomendación, plataformas digitales y gobernanza algorítmica. Se parte del reconocimiento de que los algoritmos han dejado de operar como herramientas técnicas neutrales para convertirse en infraestructuras estratégicas capaces de organizar la circulación de contenidos, modular la atención colectiva e influir en las dinámicas democráticas. El estudio articula aportes teóricos sobre el sesgo político algorítmico, investigaciones en comunicación sobre ingeniería psicossocial, microtargeting y desinformación y el análisis del caso TikTok entre Estados Unidos y China como hito empírico de la fragmentación algorítmica de internet. Se sostiene que la exigencia de versiones nacionales de algoritmos revela el surgimiento de una nueva forma de soberanía, en la cual el control de los

modelos de IA se convierte en un tema de seguridad nacional y estabilidad democrática. Se argumenta, además, que este proceso profundiza las asimetrías globales, ya que los países del Sur Global permanecen como proveedores masivos de datos y usuarios de sistemas opacos, sin control efectivo sobre su gobernanza. Se concluye que el nacionalismo algorítmico reconfigura la disputa por el poder informacional, desplazando el centro de las relaciones internacionales hacia el dominio de los sistemas que estructuran la esfera pública digital.

Palabras clave: Nacionalismo algorítmico; Soberanía algorítmica; Sesgo político algorítmico; Gobernanza digital; Colonialidad informacional; TikTok; Democracia digital.

1 INTRODUÇÃO

A expansão contemporânea da inteligência artificial, das plataformas digitais e dos sistemas de recomendação algorítmica tem sido frequentemente apresentada sob a narrativa da inovação tecnológica, da conectividade global e da democratização da informação. Nesse discurso hegemônico, a internet e os algoritmos aparecem como infraestruturas neutras, universais e essencialmente técnicas, destinadas a ampliar a circulação de conteúdos, a liberdade de expressão e a integração entre sociedades. Contudo, os recentes movimentos geopolíticos envolvendo plataformas digitais demonstram que essa leitura é insuficiente para compreender a centralidade que os algoritmos assumiram nas disputas de poder no cenário internacional.

Essa mudança ocorre em um contexto no qual os algoritmos já demonstraram possuir capacidade de identificar, classificar e influenciar orientações políticas, preferências ideológicas e padrões comportamentais dos indivíduos, muitas vezes de forma invisível aos próprios usuários. Estudos recentes demonstram que sistemas de inteligência artificial podem incorporar e reproduzir vieses políticos de maneira ainda mais difícil de detectar do que vieses raciais ou de gênero, justamente pela ausência de normas sociais robustas que limitem a hostilidade política nas democracias contemporâneas.

Ao mesmo tempo, pesquisas no campo da comunicação evidenciam que a combinação entre inteligência artificial, microtargeting e circulação massiva de desinformação tem sido utilizada como mecanismo de engenharia psicossocial

capaz de moldar comportamentos eleitorais e dinâmicas democráticas, como observado em processos políticos recentes nos Estados Unidos e no Brasil.

Diante desse cenário, o problema que orienta este artigo consiste em compreender de que modo a fragmentação geopolítica dos algoritmos e a crescente intervenção estatal sobre plataformas digitais configuram uma nova forma de soberania, na qual a disputa não se dá mais apenas por territórios físicos, recursos naturais ou infraestruturas energéticas, mas pelo controle dos sistemas que organizam a circulação de informação, atenção e comportamento social.

Parte-se da hipótese de que o nacionalismo algorítmico representa uma expressão contemporânea da colonialidade do poder, agora mediada por infraestruturas digitais e regimes de governança algorítmica. Assim como no colonialismo energético e no colonialismo verde, em que os territórios do Sul Global funcionam como bases materiais para a expansão de tecnologias e mercados controlados pelo Norte Global, os usuários, dados e comportamentos digitais passam a desempenhar papel análogo como matéria-prima informacional estratégica.

A relevância deste estudo reside na necessidade de tensionar a ideia de que a internet permanece um espaço global homogêneo e de que os algoritmos operam de forma técnica e neutra.

O objetivo geral do artigo é analisar criticamente o nacionalismo algorítmico como expressão da geopolítica contemporânea da informação, evidenciando seus impactos sobre a democracia, a soberania digital e a reprodução de desigualdades entre Norte e Sul Global. Como objetivos específicos, busca-se: (i) articular os aportes teóricos do viés político algorítmico e da comunicação digital com a noção de soberania estatal; (ii) examinar o caso TikTok como estudo empírico dessa ruptura; e (iii) problematizar as implicações desse fenômeno para países do Sul Global, especialmente o Brasil.

Para tanto, o artigo organiza-se em seções que discutem a colonialidade informacional, o viés político algorítmico, a emergência do nacionalismo algorítmico como forma de soberania digital, a análise do caso TikTok e, por fim, as

implicações decoloniais desse processo para a governança democrática contemporânea.

2 COLONIALIDADE INFORMACIONAL E O DOMÍNIO ALGORÍTMICO

A compreensão do nacionalismo algorítmico exige, preliminarmente, reconhecer que os algoritmos não constituem apenas ferramentas técnicas de organização de conteúdo, mas infraestruturas centrais de poder na sociedade informacional contemporânea. Assim como a energia estruturou as relações coloniais ao definir quem controlava os fluxos produtivos, os sistemas algorítmicos passaram a estruturar os fluxos informacionais, cognitivos e comportamentais das populações conectadas.

Nesse contexto, é possível falar em colonialidade informacional: uma forma de dominação que não se realiza pela ocupação territorial direta, mas pelo controle dos sistemas que organizam a circulação de informação, atenção e percepção social. Plataformas digitais, redes sociais e mecanismos de recomendação tornaram-se os principais mediadores da experiência pública, influenciando o que é visível, o que é relevante e o que é politicamente mobilizador.

Diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, os algoritmos operam em uma escala e com uma capacidade de personalização inéditas (Peters, 2022). Essa capacidade de inferência política algorítmica revela que os dados comportamentais se tornaram matéria-prima estratégica, comparável aos recursos naturais em ciclos coloniais anteriores. A diferença fundamental reside no fato de que essa extração ocorre de forma contínua, silenciosa e legitimada pelo próprio uso cotidiano das plataformas digitais.

O ponto crucial é que essa dinâmica não ocorre em um ambiente neutro. As plataformas que operam esses algoritmos são majoritariamente controladas por corporações sediadas no Norte Global, que detêm a capacidade tecnológica, a infraestrutura computacional e o controle sobre os modelos de inteligência artificial que processam dados de bilhões de usuários ao redor do mundo. Os países do Sul Global, nesse arranjo, figuram predominantemente como fornecedores de dados

comportamentais em larga escala, sem controle efetivo sobre os sistemas que processam e monetizam essas informações.

Essa assimetria configura uma forma contemporânea de dependência informacional. Assim como no colonialismo energético os territórios periféricos forneciam recursos estratégicos para centros industriais distantes, na colonialidade informacional os usuários fornecem dados e padrões comportamentais que alimentam modelos algorítmicos desenvolvidos e controlados externamente (Peters, 2022).

Dessa forma, a colonialidade informacional não se manifesta apenas na extração de dados, mas na capacidade de moldar a visibilidade política, a circulação de narrativas e a formação de preferências sociais em escala massiva. O domínio algorítmico passa, então, a operar como mecanismo de poder difuso, porém estrutural, cuja influência sobre a esfera pública é crescente e pouco transparente (Cortiz, 2026).

Essa transição será analisada na próxima seção, na qual se examina como o viés político algorítmico e a governança digital convergem para a emergência da soberania algorítmica estatal.

3 DO VIÉS POLÍTICO ALGORÍTMICO À GOVERNANÇA DIGITAL

A passagem da colonialidade informacional para o nacionalismo algorítmico não ocorre de forma abrupta, mas decorre de um processo progressivo de reconhecimento do impacto político dos sistemas algorítmicos sobre a democracia, a opinião pública e a organização social. Esse reconhecimento está diretamente relacionado à constatação de que os algoritmos não apenas organizam informações, mas incorporam padrões de classificação e decisão que podem privilegiar ou prejudicar grupos com base em suas orientações políticas.

O conceito de viés político algorítmico permite compreender esse fenômeno com maior precisão. Diferentemente dos vieses de gênero e raça, amplamente estudados na literatura sobre ética em inteligência artificial, o viés político apresenta características particulares que o tornam mais difícil de identificar e mitigar. Pesquisas demonstram que, em sociedades democráticas, inexistem

normas sociais suficientemente fortes para coibir a hostilidade entre posições políticas opostas, o que facilita a internalização desses vieses nos processos de treinamento de sistemas de IA (Peters, 2022).

O resultado é a possibilidade de que sistemas algorítmicos passem a classificar, priorizar ou restringir conteúdos e visibilidades com base em critérios políticos não transparentes, afetando diretamente a formação da esfera pública digital.

É nesse contexto que emerge a preocupação estatal com a governança desses sistemas. Se os algoritmos são capazes de moldar percepções políticas em larga escala, a sua gestão deixa de ser uma questão exclusivamente empresarial para se tornar um tema de segurança nacional, soberania informacional e estabilidade democrática.

A disputa envolvendo o TikTok ilustra de forma emblemática essa transformação. O impasse não se restringia ao controle societário da empresa, mas à posse e ao desenvolvimento do algoritmo de recomendação, reconhecido como o núcleo estratégico da plataforma. A solução encontrada, a criação de uma versão algorítmica isolada, treinada apenas com dados de usuários americanos, demonstra que o centro da preocupação estava na governança do modelo de IA, e não na interface do aplicativo (Cortiz, 2026).

Dessa forma, o viés político algorítmico não apenas representa um risco ético para a inteligência artificial, mas atua como catalisador da transição para um novo modelo de governança digital, no qual os Estados buscam intervir diretamente na arquitetura dos sistemas que organizam a experiência informacional de suas populações.

Essa dinâmica marca o surgimento do que se pode denominar soberania algorítmica estatal, elemento central do nacionalismo algorítmico que será aprofundado na próxima seção.

4 NACIONALISMO ALGORÍTMICO COMO NOVA FORMA DE SOBERANIA

A partir desse reconhecimento, torna-se possível compreender como a questão algorítmica ultrapassa o campo ético e regulatório, ingressando diretamente na esfera da soberania estatal. O reconhecimento do impacto político dos algoritmos e dos riscos associados ao viés político algorítmico conduz a uma transformação mais ampla. A preocupação ética com a inteligência artificial cede lugar à afirmação de uma nova forma de soberania estatal sobre os sistemas algorítmicos.

Se, em fases anteriores da modernidade, a soberania estava associada ao controle do território, dos recursos naturais e das infraestruturas energéticas, no contexto da sociedade informacional ela passa a envolver o controle dos sistemas que organizam a circulação de informação, a formação da atenção coletiva e a mediação da esfera pública digital.

A fragmentação de um mesmo sistema tecnológico por fronteiras nacionais rompe com a ideia de uma internet homogênea e global. A partir desse precedente, plataformas digitais passam a ser concebidas como infraestruturas que podem, e devem, ser submetidas a regimes de governança nacional quando consideradas estratégicas.

Esse movimento não se limita aos Estados Unidos. A possibilidade de que outros países ou blocos econômicos adotem medidas semelhantes inaugura um cenário de potencial fragmentação algorítmica da internet, no qual diferentes versões de um mesmo sistema podem operar de forma independente, moldadas por interesses geopolíticos locais (Cortiz, 2026).

O nacionalismo algorítmico, portanto, não diz respeito apenas à regulação de plataformas, mas à reivindicação de controle direto sobre a arquitetura dos sistemas de inteligência artificial que organizam a experiência digital das populações. Trata-se de uma mudança qualitativa na relação entre Estados e tecnologia.

Essa mudança também revela uma nova forma de disputa geopolítica. A China, ao manter a propriedade intelectual do algoritmo original e apenas licenciá-lo para operação nos Estados Unidos, preserva o núcleo estratégico de sua tecnologia, enquanto os Estados Unidos garantem controle sobre a versão local

(Cortiz, 2026). O resultado não é uma venda, mas uma divisão algorítmica do mundo digital.

Essa dinâmica evidencia que os algoritmos deixaram de ser apenas instrumentos técnicos para se tornarem objetos centrais da diplomacia, da negociação internacional e das estratégias de poder entre Estados.

O nacionalismo algorítmico representa, assim, a etapa seguinte da colonialidade informacional: se antes os fluxos de dados eram controlados por corporações transnacionais, agora passam a ser disputados diretamente por Estados, que reconhecem nesses sistemas a capacidade de influenciar comportamentos coletivos, processos eleitorais e dinâmicas culturais.

Essa nova soberania algorítmica será ainda mais bem compreendida a partir da análise detalhada do caso TikTok como estudo empírico dessa ruptura, o que será realizado na próxima seção.

5 O CASO TIKTOK EUA–CHINA COMO RUPTURA DO PARADIGMA DA INTERNET GLOBAL

O conflito envolvendo o TikTok entre Estados Unidos e China não pode ser interpretado como um episódio isolado de disputa comercial ou regulatória. Ele constitui o primeiro caso amplamente documentado que ilustra, de forma paradigmática, a transição para a soberania algorítmica estatal.

Após anos de tensões políticas, alegações de risco à segurança nacional e tentativas anteriores de banimento, a solução encontrada não foi a venda integral da empresa, mas a criação de uma nova estrutura societária na qual o controle majoritário da operação local passou a ser americano, enquanto a ByteDance manteve a propriedade intelectual do algoritmo original. O ponto central do acordo foi o licenciamento de uma versão específica do algoritmo, que deveria operar de forma isolada do sistema global e ser treinada apenas com dados de usuários dos Estados Unidos (Cortiz, 2026).

O arranjo encontrado também evidencia a dimensão geopolítica do problema. A China, por meio de sua legislação, proíbe a exportação definitiva de tecnologias de recomendação sem autorização estatal. Ao optar por um modelo de

licenciamento, preserva o núcleo estratégico de sua tecnologia, mantendo a capacidade de evolução do algoritmo globalmente, enquanto os Estados Unidos passam a desenvolver de forma autônoma sua própria versão local (Cortiz, 2026).

O resultado não é apenas um acordo empresarial, mas a divisão prática de um mesmo sistema tecnológico em duas trajetórias distintas, moldadas por interesses nacionais.

Esse precedente rompe com o paradigma da internet global como espaço técnico homogêneo. A partir desse momento, demonstra-se que plataformas digitais podem ser fragmentadas por fronteiras geopolíticas quando seus sistemas algorítmicos são percebidos como ameaças potenciais à soberania informacional.

A cobertura jornalística reforça essa leitura ao destacar que o fenômeno inaugurado pelo acordo vem sendo descrito como “nacionalismo algorítmico”, no qual decisões sobre plataformas digitais passam a ser diretamente influenciadas por questões políticas e de segurança nacional (Cortiz, 2026).

O sistema de recomendação da plataforma é reconhecido como especialmente eficiente em conectar pessoas a conteúdos, moldando padrões de consumo informacional de forma mais intensa do que redes sociais tradicionais. Essa capacidade explica por que o debate não girou em torno da rede social, mas do modelo algorítmico que a sustenta (Cortiz, 2026).

Ao exigir que o algoritmo seja treinado apenas com dados locais, o Estado busca limitar a influência de padrões comportamentais globais sobre sua população, reconhecendo implicitamente que esses sistemas possuem impacto direto sobre a formação cultural e política da sociedade.

O caso TikTok, portanto, opera neste estudo como exemplo ilustrativo privilegiado da transformação descrita, e não como evidência empírica exaustiva do fenômeno. Ele demonstra, de forma empírica, que os Estados passaram a tratar algoritmos como infraestruturas estratégicas comparáveis a redes elétricas, sistemas de telecomunicação ou bases militares.

Essa ruptura abre precedentes para que outros países ou blocos econômicos adotem medidas semelhantes, potencialmente conduzindo a um

cenário de fragmentação algorítmica da internet, no qual diferentes versões de plataformas operam sob lógicas nacionais distintas.

Para compreender plenamente as implicações dessa transformação, é necessário analisar como a capacidade algorítmica de influenciar comportamentos políticos se articula com processos de engenharia psicossocial e dinâmicas democráticas, o que será examinado na próxima seção.

6 ENGENHARIA PSICOSSOCIAL, IA E DEMOCRACIA

A consolidação do nacionalismo algorítmico somente pode ser plenamente compreendida quando relacionada à capacidade dos sistemas de recomendação de influenciar comportamentos políticos e dinâmicas democráticas. Não se trata apenas de uma disputa tecnológica ou comercial, mas do reconhecimento de que os algoritmos operam como mediadores centrais da formação da opinião pública contemporânea.

Pesquisas no campo da comunicação já demonstraram que a combinação entre inteligência artificial, microtargeting e circulação de desinformação constitui um mecanismo sofisticado de engenharia psicossocial, capaz de direcionar percepções, preferências e comportamentos eleitorais em larga escala. Esse processo foi observado em episódios políticos recentes tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, nos quais plataformas digitais foram utilizadas para segmentar públicos específicos com conteúdos personalizados e estrategicamente direcionados (Cortiz, 2024).

A lógica algorítmica de recomendação é particularmente eficaz nesse contexto porque não atua apenas na exposição a conteúdos, mas na construção progressiva de ambientes informacionais personalizados. Cada usuário passa a habitar uma esfera pública parcialmente distinta, moldada por seus padrões de interação anteriores, o que reduz a diversidade de perspectivas e intensifica a polarização política.

É precisamente essa capacidade que transforma os algoritmos em objetos de interesse direto dos Estados. Se esses sistemas possuem potencial de afetar

processos eleitorais, mobilizações sociais e dinâmicas democráticas, sua governança deixa de ser uma questão exclusivamente empresarial ou regulatória, tornando-se um tema de segurança institucional (Guimarães; Silva, 2024).

Essa relação entre algoritmo e democracia evidencia que o nacionalismo algorítmico não surge apenas como resposta a disputas geopolíticas entre Estados, mas como reação ao reconhecimento de que a governança algorítmica interfere diretamente na estabilidade democrática e na autonomia informacional das sociedades.

A engenharia psicossocial mediada por IA revela, portanto, o motivo pelo qual os algoritmos passaram a ser tratados como infraestruturas críticas de soberania. O controle sobre esses sistemas significa, em grande medida, o controle sobre a dinâmica da esfera pública digital.

Essa constatação conduz à necessidade de analisar as implicações desse fenômeno para países do Sul Global, que participam desse ecossistema predominantemente como fornecedores de dados e usuários de plataformas cujo controle tecnológico e algorítmico está concentrado em outras regiões. É o que será discutido na próxima seção.

7 IMPLICAÇÕES PARA O SUL GLOBAL E PARA O BRASIL

A emergência do nacionalismo algorítmico produz efeitos que ultrapassam a disputa entre grandes potências tecnológicas. Seus desdobramentos atingem de forma particularmente intensa os países do Sul Global, que participam do ecossistema digital majoritariamente como usuários e fornecedores massivos de dados, sem controle efetivo sobre as infraestruturas algorítmicas que processam, organizam e monetizam essas informações.

O caso TikTok evidencia que, quando esses sistemas passam a ser reconhecidos como ativos estratégicos de soberania, os Estados com capacidade tecnológica e econômica buscam internalizar o controle sobre eles. Contudo, essa possibilidade não se apresenta de forma simétrica para países como o Brasil, que dependem quase integralmente de plataformas estrangeiras para a mediação de sua esfera pública digital (Cortiz, 2026).

Nesse contexto, a fragmentação algorítmica da internet pode aprofundar desigualdades já existentes. Enquanto potências tecnológicas desenvolvem versões nacionais de sistemas algorítmicos ou impõem condições de soberania sobre plataformas, países periféricos permanecem submetidos a modelos de IA cujo funcionamento é opaco, cujos critérios de recomendação são desconhecidos e cujos vieses políticos podem influenciar diretamente suas dinâmicas democráticas.

O viés político algorítmico, já identificado como de difícil detecção mesmo em ambientes regulatórios robustos, torna-se ainda mais problemático em contextos onde a capacidade técnica de auditoria e governança digital é limitada (Peters, 2022). A possibilidade de que algoritmos influenciem a visibilidade política, a circulação de narrativas e a formação de opinião pública sem qualquer controle soberano representa um desafio significativo para democracias do Sul Global.

Além disso, como demonstrado no campo da comunicação, a utilização de microtargeting, desinformação e engenharia psicossocial mediada por IA já produziu impactos concretos em processos políticos recentes no Brasil (Guimarães; Silva, 2024). Essa experiência evidencia que a dependência de plataformas digitais estrangeiras não é apenas uma questão tecnológica, mas um fator que pode interferir diretamente na estabilidade democrática e na autonomia informacional do país.

O nacionalismo algorítmico, portanto, revela uma nova dimensão da desigualdade global: enquanto alguns Estados disputam o controle sobre os algoritmos, outros permanecem sujeitos aos efeitos desses sistemas sem capacidade real de governança sobre eles.

Para o Brasil e demais países do Sul Global, esse cenário impõe a necessidade de repensar a soberania digital não apenas em termos de infraestrutura de dados e conectividade, mas em relação ao controle, à auditoria e à compreensão dos sistemas algorítmicos que organizam a experiência informacional de suas populações.

Sem essa reflexão, a fragmentação algorítmica da internet pode resultar na consolidação de uma nova forma de dependência estrutural, na qual os países

periféricos permanecem como territórios de extração comportamental e espaços de influência informacional indireta, sem acesso ao núcleo decisório desses sistemas.

Essas implicações conduzem às considerações finais do artigo, nas quais se discutirá o nacionalismo algorítmico como expressão contemporânea da colonialidade do poder e seus desafios para a democracia e a soberania digital.

8 METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo possui natureza qualitativa, interpretativa e de caráter teórico-analítico, estruturado a partir de revisão bibliográfica interdisciplinar nas áreas de comunicação política digital, filosofia da tecnologia e governança algorítmica. O artigo adota a forma de ensaio crítico fundamentado em literatura científica recente, articulado a um estudo de caso empírico ilustrativo.

O caso TikTok no contexto da disputa geopolítica entre Estados Unidos e China foi selecionado por representar o primeiro episódio documentado em que um Estado nacional exigiu, como condição para a operação de uma plataforma digital em seu território, a fragmentação prática de seu sistema algorítmico. Trata-se, portanto, de um caso paradigmático para observar a transição da governança privada de algoritmos para a afirmação de soberania algorítmica estatal.

A análise do caso baseia-se em fontes secundárias, incluindo cobertura jornalística especializada, documentos públicos e análises acadêmicas recentes. Reconhece-se como limitação metodológica o fato de não se tratar de investigação empírica direta sobre o funcionamento interno do algoritmo, mas da interpretação de seus efeitos políticos, regulatórios e geopolíticos a partir de evidências públicas disponíveis.

Assim, o estudo de caso não é utilizado como comprovação empírica robusta, mas como elemento ilustrativo de uma transformação estrutural mais ampla na relação entre Estados, plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu demonstrar que o chamado nacionalismo algorítmico não constitui apenas uma nova etapa na regulação de plataformas digitais, mas representa uma transformação profunda na forma como os Estados compreendem o papel dos algoritmos na organização da vida social, política e informacional contemporânea.

Nesse sentido, o nacionalismo algorítmico pode ser interpretado como expressão contemporânea da colonialidade do poder, agora mediada por infraestruturas digitais. Assim como em ciclos anteriores de dominação os territórios periféricos forneciam recursos naturais estratégicos, na sociedade informacional os usuários e seus dados comportamentais tornam-se matéria-prima para sistemas algorítmicos controlados externamente.

Importa destacar que as inferências apresentadas neste artigo decorrem da análise teórica e interpretativa dos fenômenos observados, especialmente do caso TikTok como marco ilustrativo. As proposições relativas aos riscos democráticos, às implicações para o Sul Global e à necessidade de reflexão sobre soberania digital constituem interpretações críticas dos autores a partir do referencial teórico adotado, não se confundindo com comprovações empíricas diretas.

Essa constatação impõe desafios relevantes para a democracia, a soberania digital e a formulação de políticas públicas no Sul Global. Torna-se necessário reconhecer que a governança da informação, da atenção coletiva e da formação de opinião pública passa, inevitavelmente, pelo entendimento e pela regulação dos sistemas algorítmicos que estruturam a esfera pública digital. O nacionalismo algorítmico revela que a disputa geopolítica contemporânea deslocou-se definitivamente para o domínio dos sistemas que estruturam a esfera pública digital.

REFERÊNCIAS

CORTIZ, Diogo. **Trump consegue dividir TikTok e inaugura era do “nacionalismo algorítmico”**. UOL Tilt, 24 jan. 2026. Disponível em < <https://www.uol.com.br/tilt/colunas/diogo-cortiz/2026/01/24/geopolitica-divide-tiktok-e-acordo-sugere-versao-americana-do-app.htm>>: Acesso em 02 fev. 2026.

GUIMARÃES, Luciano; SILVA, Wagner Souza e. **Entre o domínio algorítmico e o posicionamento político**. MATRIZES, v. 18, n. 1, p. 1–4. Disponível em < https://revistas.usp.br/matrizes/pt_BR/article/view/224622/208160>. Acesso em 02 fev. 2026.

JORNAL RAPIDIX. **Trump e TikTok: O novo capítulo do nacionalismo algorítmico**. 24 jan. 2026. Disponível em < <https://jornalrapidix.com.br/trump-e-tiktok-o-novo-capitulo-do-nacionalismo-algoritmico/>>. Acesso em 02 fev. 2026.

PETERS, Uwe. **Viés político algorítmico em sistemas de inteligência artificial**. Filosofia e Tecnologia, v. 35, n. 2, 2022. Disponível em < <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8967082/>>. Acesso em 02 fev. 2026.